



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores
Curso de Pedagogia

Alessandra de Sá Soares

**O docente e sua identidade profissional: marcas de uma trajetória
histórica**

São Gonçalo
2013

Alessandra de Sá Soares

**O docente e sua identidade profissional: marcas de uma trajetória
histórica**

Monografia apresentada no curso de graduação em
Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores,
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Guimarães

São Gonçalo

2013

Alessandra de Sá Soares

**O docente e sua identidade profissional: marcas de uma trajetória
histórica**

Monografia apresentada no curso de graduação em
Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de
Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores,
como requisito parcial para obtenção do Grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em março de 2013

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Gláucia Guimarães (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Prof. Dr. Rodolfo Ferreira (Parecerista)
Faculdade de Educação da UERJ

São Gonçalo
2013

Dedicatória

À minha mãe, por ter se esforçado além do que pôde para me dar a melhor educação possível, sozinha.

Ao meu marido, por me ter feito acreditar que eu era capaz.

À Sâmela Cristinne, por ter sido a minha base durante toda a minha graduação.

Agradecimentos

Primeiramente à minha mãe, por ter contribuído da melhor forma possível, para que eu tivesse uma educação de qualidade, apesar de todas as dificuldades, ela soube muito bem exercer o papel de ser mãe e pai ao mesmo tempo, de forma tão espetacular, que a ausência do mesmo nunca me fez falta. Minha mãe é o maior exemplo da figura feminina que eu tenho na vida: batalhadora, dedicada e amorosa.

Aos meus avôs maternos Carmem e José que ajudaram na minha criação e formação. Obrigada pelo amor incondicional, pelo acolhimento, pelos beijos, abraços e carinhos.

Ao meu grande amor Lucas Gonzaga Macedo, por me fazer acreditar que eu era capaz de passar para uma Universidade pública, obrigada pelas horas de estudo, pelo amor, carinho, paciência (infinita) e dedicação durante esses 7 anos juntos.

Ao Dudu, o melhor presente do mundo, a figura mais presente na minha vida durante esses últimos 2 anos e meio.

Aos meus familiares, tios e primos pelas palavras encorajadoras, pelo incentivo, pelo carinho e por acreditarem em mim. Em especial à Liliane de Sá.

Aos professores da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, em que com sua dedicação pela docência me ensinaram o valor e a importância que a educação tem para a sociedade, em especial à Anelice Ribetto, Helena Fontoura, Domingos Nobre e Rogério Coutinho.

Aos amigos Sâmela Cristinne, Paula Barreto e Fernanda Barbosa Moura, que fizeram toda a diferença durante a minha graduação.

À professora Glaucia Guimarães, por ter aceitado me orientar mesmo não se sentindo “segura” com relação ao meu tema. Eu não poderia escolher orientadora melhor e mais paciente.

Ao professor Rodolfo Ferreira por aceitar ser o meu parecerista.

"Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize."

Boaventura de Sousa Santos

Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar e analisar o processo de profissionalização e identidade do docente traçado numa linha historiográfica e analítica. Com este intuito, interessa-nos analisar o processo de formação do professor por meio de uma leitura histórica, na tentativa de investigar a construção de sua identidade, bem como sua relação e visão para a sociedade. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, na qual, por meio da análise dos documentos selecionados, estabelecemos um diálogo crítico com as fontes, tentando abordar por uma perspectiva histórica a construção da profissão do professor e seu processo identificatório.

Palavras-chaves: História da formação docente; Identidade docente; Profissão docente.

Abstract

This study aims to investigate and analyze the process of professionalization of teaching and identity tracing a line historiographical and analytical. To this end, we are interested in analyzing the process of teacher education through a historical reading in an attempt to investigate the construction of their identity as well as their relationship and vision for society. It's bibliographic and documentary, in which, through the analysis of the selected documents, establish a critical dialogue with the sources, trying to tackle a historical perspective for the construction of the teaching profession and its identification process.

Keywords: history of teacher education, teacher identity; Teaching profession.

Índice de Ilustrações

Ilustração I - Professor leciona para alunos da Escola Normal Caetano de Campos, em 1901.....	17
Ilustração II - Escola Normal- sem data, dos Arquivos Caetano de Campos.....	19
Ilustração III - Escola Normal localizada em Taubaté (SP), em 1962: presença expressiva de mulheres.....	20

Sumário

<i>Introdução</i>	11
<i>Capítulo I- A trajetória docente no Brasil: Luta pela construção de sua profissão.</i>	14
<i>1.1 A formação do professor: A construção de sua identidade e suas marcas no período colonial</i>	15
<i>1.2 A entrada da República até os dias atuais: Revivendo os trajetos da formação da identidade e da profissão de professor</i>	17
<i>Capítulo II - A construção da identidade docente</i>	22
<i>2.1. Como construímos nossa identidade</i>	23
<i>Capítulo III- O processo de formação da identidade profissional docente</i>	25
<i>3.1. A formação da profissionalidade do docente</i>	26
<i>Considerações Finais</i>	31
<i>Bibliografia</i>	33

Introdução

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele foi de fato”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Walter Benjamim.

Pensar a formação docente a partir de uma reflexão sobre a construção de sua profissão e ao mesmo tempo de sua identidade é o que nos move. Para entendermos e identificarmos a identidade de um professor hoje em nossa sociedade temos que resgatar através de um processo histórico o movimento dos professores, todas as suas lutas e conquistas para se identificarem como profissionais na área da educação. Ao compreendermos qual o papel que a escola representa para a sociedade, indo um pouco no período da colonização, República e até os dias atuais, conseguiremos identificar o processo de formação da identidade do professor, que até nos momentos atuais se encontra em déficit ou não formada. Para tal compreensão analisaremos neste capítulo a história da formação de professores de nosso país, assim como seu processo de identificação como profissional que atua na área da educação.

(...) não há limites rígidos no tempo, onde os fatos, em boa medida, se interpenetram num tempo histórico, pois a questão da verdade científica é impossível de ser compreendida fora da continuidade e da história de transformação do homem no mundo, visto que o homem diferentemente do animal é capaz de exercer um ato de reflexão sobre si mesmo e sobre o seu trabalho. (BANDEIRA, MENDES, ANO, p.1.)

A formação docente em nosso país se iniciou de forma fragmentada. Se pudermos falar realmente de uma formação específica para o docente nos remeteremos aos meados do século XIX, quando localizaremos tal preocupação com a formação do professor. Anterior a este período encontramos a inexistência de uma formação específica para a docência, segundo Vicentni (2009) nos apresenta. Para ser professor bastava apenas comprovar que sabia ler, contar e escrever e um atestado de moralidade e conduta fornecido pela Igreja, não havendo com isso nenhum currículo específico para o ensino e nem uma avaliação sistemática para contratação do docente. Iremos nos remeter desde o início da construção da educação, ao período jesuítico e o da Reforma

Pombalina. Analisaremos a formação do professor e sua construção a partir deste período.

Ainda no início do século XX não há resquícios de uma preparação específica para a formação do professor, apenas com a chegada da Escola Nova em 1928 com Fernando de Azevedo que houve um início de preocupação com o docente, com o futuro profissional. Entretanto que preparação seria esta, que já se inicia de forma fragmentada, diferenciando os professores primários e os secundários, como se eles tivessem diferentes culturas, um possuindo mais cultura do que o outro?

Com a chegada de Anísio Teixeira como Diretor da Educação do Rio de Janeiro, houve uma reorganização das licenciaturas tentando formar uma cultura pedagógica nacional. Em 1939 foi criado no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, o curso de bacharelado em pedagogia, tentando com isso implementar as “licenciaturas” como obrigatórias para atuar como docente.

(...) é importante observar que a história da formação docente não corresponde a uma superação contínua de modos inadequados de estudos por outros melhores, na direção do aperfeiçoamento do ensino. De fato, trata-se de uma sucessão de conflitos entre professores, políticos e intelectuais ligados à educação que discutiram metodologias e currículos mais adequados em cada época, (VICENTNI, 2009, p. 29).

A implementação de uma política nacional de educação ocorreu apenas a partir de 1930 com o intuito de unificar a educação de nosso país. Que educação unificada temos em nosso país até hoje, que nos mostram os índices como equivalentes aos países mais pobres do continente Africano? Falar de educação e da história da formação desse docente requer uma compreensão da caminhada histórica de tal profissional, que até hoje continua fragmentada e sem uma única identidade.

Podemos perceber que esforços houve ao longo da caminhada da profissão docente. Este processo em busca de uma classe profissional permeia até hoje, pois quem é este profissional de anos de história, de lutas, de conquistas que não tem um conselho que o possa reger ou até mesmo salários dignos de um ser humano? Para Nóvoa, é por meio da ação do Estado que constitui uma categoria como tal. Então esse processo de categorização do docente se dá por conta do Estado. Entretanto, que Estado é este que não permite a formação da classe profissional docente ou de sua identidade ou será que a classe docente por meio de suas fragmentações internas e/ou disputas de quem é melhor enquanto professor, não se deixa unificar para lutar por seus ideais?

A classe docente deve lutar em busca de construir seu prestígio atual, não de forma nostálgica e/ou saudosista. Sabemos que a construção deste paradigma ou identidade deve ter como base a análise do passado, reflexão do presente e projeção do futuro de forma autônoma, com princípios éticos e morais e apropriação de saberes, reconhecendo de forma crítica e dinâmica o seu lugar ou a busca por esse lugar na sociedade em que vivemos.

Por meio desta perspectiva o texto se desenvolve em três capítulos. No primeiro, *A trajetória docente no Brasil: Luta pela construção de sua profissão*, buscamos apresentar considerações acerca da trajetória histórica da formação do docente, assim como as lutas pela construção da regularização e valorização da profissão docente.

No segundo capítulo *A construção da identidade docente*, nosso olhar se volta para as questões relativas à análise do processo da formação de uma identidade enquanto profissional da educação e não mero vocacionado a trabalhar no setor educacional como docente.

Por fim, no terceiro e último capítulo *O processo de formação da identidade profissional docente*, procuramos mostrar como está atualmente a relação do docente com seu processo identificatório enquanto profissional, digno de seu salário e de seu trabalho, como outro profissional, deixando de lado o processo da construção de sua profissão.

Capítulo I

A trajetória docente no Brasil: Luta pela construção de sua profissão

*Se não fosse imperador, desejaria ser professor. Não
conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as
inteligências jovens e preparar os homens do futuro.*

D. Pedro II

1.1 A formação do professor: A construção de sua identidade e suas marcas no período colonial

Ao voltarmos ao passado e analisarmos como nossos colonizadores, os portugueses, trouxeram e transmitiram em nosso país a questão do ensino, veremos o simbolismo que retrata o âmbito educacional até hoje. A questão de que a educação é uma missão, e missão no sentido religioso, que tem como significado um ofício ou um ministério permeia a identidade tanto individual quanto social deste profissional da área educacional.

Relacionarmos profissão com vocação ou missão é o que nos foi transmitido desde a época da colonização. Eles utilizavam o termo “pedagogia” para discriminar uma disciplina cristã, por isso temos a educação até hoje como sagrada e nós educadores/ professores como missionários da educação.

O saber não é, pois, atribuído necessariamente por relações, intuições ou visões. Ele pode ser transmitido, doado – e esta é uma grande tarefa cristã na terra- talvez a mais cara aos olhos do Senhor. (...). Não a transmissão é uma tarefa adequada – por que não? – a padres que se lançaram fora dos lugares sagrados e construíram um novo lugar na sociedade, ao exigirem uma instituição pedagógica cristã para leigos pagãos. A pedagogia é uma disciplina cristã e ninguém melhor que os preservadores do saber para transmiti-la, (FLORES, 2003, p. 86).

A partir deste trecho de Flores (2003) podemos entender como o valor e os atributos da educação foram sendo transmitidas e reveladas ao longo de décadas pela nossa sociedade. Resquícios de nossos colonizadores deixaram suas marcas cravadas no contexto educacional.

Outro aspecto crucial para iniciarmos nosso entendimento acerca da identidade da profissão docente é analisarmos a visão dos nossos colonizadores acerca das mulheres. Para os portugueses as mulheres eram um ser inferior, reconhecidas na categoria das crianças e doentes mentais, segundo Ribeiro (1995). Era muito comum o versinho recitado aqui no Brasil pelos portugueses: “mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família sabe pouco ou sabe nada” (RIBEIRO, 1995, p. 78).

Com a chegada dos Jesuítas ao Brasil, em 1549, até 1759, ano da expulsão dos religiosos pelo Marques de Pombal, os princípios cristãos foram impregnados na educação de nosso país. Nesse caminho, os primeiros professores brasileiros eram

formados por clássicos europeus antigos, que privilegiavam a retórica e a eloquência como marca na formação da Companhia de Jesus.

Em 1759, com Marques de Pombal, deu entrada no Brasil o pensamento iluministas português que propunha uma educação leiga voltada ao progresso científico e a difusão do saber.

Era necessário disseminar uma cultura de base, com o ensino da leitura, da escrita e do cálculo, além dos conhecimentos relacionados às obrigações religiosas e civis. Para isso a primeira fase da reforma pombalina iniciou-se com a reforma dos Estudos Menores, que abrangiam os estudos das primeiras letras e das cadeiras de humanidades, o que correspondia ao ensino primário e secundário, (VIEIRA, 2012, p. 3838).

Nesta fase do ideário pombalino, segundo Cardoso (2004), realizou-se o primeiro concurso público para professores no Brasil, em Recife no ano de 1760. Entretanto neste concurso não houve a nomeação dos professores aprovados, o que levou a população a não efetivar sua credibilidade pela educação pública.

Se, por um lado, o alvará de 1759 estabelecia para os professores o privilégio de nobres, elevando-os da condição de plebeu a de pessoa honrada, por outro o professor deveria instalar a escola em sua própria casa, adquirindo o material necessário para as aulas e arcando com todas as despesas. Sua avaliação de desempenho estava adstrita somente a conduta pessoal, atestada pelo pároco, pelo chefe de polícia e pelos pais dos alunos, (VIEIRA, 2012, p. 3839).

No regime Imperial temos em 1827 a conhecida lei áurea da educação elementar, que é a primeira lei que estabelece exames de seleção para os docentes. Mediante esta lei os professores seriam examinados em sua proficiência na aplicação do método do ensino mútuo. O domínio de tal método caracteriza-se na intenção de preparar os docentes em sua forma prática e não teórica.

No plano pedagógico a partir do pensamento iluminista passou-se a crer que é a partir da educação que o país crescerá, sendo assim o ensino das “luzes” forma um ideário de ensino para a população.

Ainda no período do Império temos a criação das primeiras Escolas Normais, a exemplo da Escola Normal de Niterói, que a princípio eram admitidos apenas meninos que soubessem ler, escrever, fossem acima de 18 anos e com boa morigenação. Além da exclusão do público feminino, havia também exclusão nos currículos, na qual para os

meninos havia aulas das disciplinas de exatas e para as meninas eram disciplinas voltadas para o trabalho doméstico.

Somente no final do século, com a experiência da co-educação, num momento em que o número de mulheres superava o de homens, vamos ter um currículo unificado. Porém, disciplinas como matemática nunca seria dada com nível de profundidade igual. E até hoje essa atitude é percebida nos cursos normais secundários. Foi dada uma importância menor às disciplinas da área de exatas, tanto por parte dos alunos que se dizem incapazes de assimilar tais conteúdos, como dos professores que selecionavam os conteúdos mais fáceis de disciplinas como física, química, matemática, geometria (CASTRO, 2006, p.6).

1.2 A entrada da República até os dias atuais: Revivendo os trajetos da formação da identidade e da profissão de professor

Com a entrada da República como sistema político em nosso país, longos avanços foram dados na área educacional. A cada nova reforma implantada tentava-se ir incorporando a realidade do país juntamente com os ideais positivistas, iluministas, entre outros.

Como marco do início da República, na problemática educacional, temos a entrada do movimento escolanovista por toda a década de 1920 e 1930 que fornecia elementos para uma revisão crítica de que era a escola, suas finalidades, seus espaços e especialmente para a formação do professor.



Ilustração I- Professor leciona para alunos da Escola Normal Caetano de Campos, em 1901

Disponível em: Site da Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo.

As ideias liberais neste momento se encontram em seu auge, cujo a questão passou a integrar a instrução pública como direitos de todos e dever obrigatório do Estado. O movimento escolanovista se dirigia num sentido de se construir um sistema nacional de ensino, na qual a modernização do país se encontraria articulada com a educação. Sendo assim a valorização humana, no aspecto profissional do professor começou a ser revista e traçada.

Pedagogicamente, o ideário escolanovista, de tradição humanista se incorpora na educação e na formação de professores no Brasil, influenciando pelos conhecimentos da Psicologia e demais ciências. Utilizando o método intuitivo, a escola se coloca como espaço para experimentar os modernos avanços da pedagogia, inspirado na filosofia positivista bem como espaço prioritário para a força de trabalho feminina (VIEIRA, 2012, p. 3845).

Como representação do auge da luta ideológica e humanista pela educação temos em 1932 a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Foi elaborado por Fernando de Azevedo juntamente com mais 26 educadores brasileiros, que tinham como objetivo comum uma escola pública, gratuita e laica, com qualidade.

A escola do trabalho tem como principal objetivo formar o hábito do trabalho em seus alunos, organizando o princípio econômico do trabalho. Ela é chamada assim, pois nada se aprende, se não fazendo. Esses são os dois fatores de tal escola: de um lado temos a escola voltada para o setor econômico, principalmente quando falamos dos setores industriais; e por outro lado, temos a escola como meio para produção de diversas amplitudes, como as manuais, técnicas, etc., sendo ela a todos os sentidos ativas em suas teorias voltadas para as práticas (CARVALHO, 2010, p.55).

Neste contexto da década de 1930, além do Manifesto dos Pioneiros temos em 1930 a criação do Ministério da Educação e Cultura, no governo Vargas. Também a incorporação de algumas diretrizes presentes no Manifesto na Constituição de 1934, que coloca como dever do Estado a educação elementar, gratuita e autônoma.



Ilustração II- Escola Normal-sem data, dos Arquivos Caetano de Campos,
CRE M. Covas. Disponível em: www.ieccmemorias.com.br

A consolidação do Estado Novo em 1937 não avançou em nada na área educacional. Apenas em 1946 que foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Normal e a lei Orgânica do Ensino Primário que teve como objetivo fixar as normas para implementação do ensino no país. Para o ensino normal, os professores foram selecionados a se profissionalizarem, para atenderem as demandas do ensino primário.

De acordo com Decreto-Lei 8530, de 20/01/1946, o Ensino Normal tinha como finalidade: promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. Foi dividido em dois ciclos, sendo o 1º com duração de quatro anos, destinados à formação de “regentes” e funcionava nas Escolas Normais Regionais. O 2º ciclo, em dois anos, formaria o professor primário e era ministrado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação. Esta organização reforçou a dualidade na formação dos professores (VIERA, 2012, p.3847).

Neste período em nosso país, o setor industrial está começando a se consolidar e obter reais investimentos por parte do Estado e do setor econômico. Portanto a educação profissional está ganhando seu espaço, atrelada ao desenvolvimento econômico, exigindo com isso formação adequada para atender tais necessidades. Os cursos técnicos e profissionalizantes se consolidam atendendo aos menos favorecidos. É neste

momento que também os cursos normais vão se consolidando e tendo seu prestígio, sendo visto, principalmente para o público feminino, como uma única e excelente oportunidade de entrarem no mercado de trabalho.

Em 1961 temos a primeira lei de nº 4024 de 20/12/1961, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, que consolida o ensino normal, mas não trazendo inovações, mantendo-se o que estava previsto na lei Orgânica. A década de 1960 foi conhecida como “Anos Dourados”, período em que o ensino normal tinha grande prestígio em nosso país. A maioria das mulheres queria ser professoras e tinham o sonho de se casarem com militares.



Ilustração III- Escola Normal localizada em Taubaté (SP), em 1962: presença expressiva de mulheres. Disponível em: www.ensaios degenero.com.br

A partir de 1970 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, o curso de magistério transformou-se em habilitação específica para o magistério, em nível de segundo grau. Desapareciam neste momento os institutos de educação e a formação de especialistas, e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente no curso de pedagogia.

Com a entrada do movimento político democrático temos em 1996 a promulgação da Lei 9394 de 20 de dezembro, pós Constituição Federal, que aborda as diretrizes e bases da educação nacional. Para tal, temos com essa promulgação a educação compreendida como processo de formação humana, sendo dever da família e

do Estado. Na área da formação de professores encontramos a exigência da formação mínima em nível médio na modalidade normal e/ou nível superior em licenciatura.

Ainda na Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (9394/96) está norteada a valorização do docente com plano de carreira, aperfeiçoamento do docente, piso salarial nacional, condições adequadas de trabalho, a entrada por concurso público, períodos reservados a estudos, planejamento e avaliação dentro de sua jornada de trabalho e o direito à progressão funcional baseada em títulos e avaliação de desempenho. Com esta lei o setor educacional de forma geral ganhou algumas melhorias em relação aos seus direitos, efetivando em lei uma melhoria na qualidade da formação do professor e em sua construção de identidade enquanto profissional.

Capítulo II

A construção da identidade docente

*Me movo como educador, porque,
primeiro, me movo como gente.*
Paulo Freire

2.1 Como construímos nossa identidade

Adentraremos um pouco na discussão de como é formada uma identidade e o que ela se distancia de cultura, pois de modo popular tornamos esses dois conceitos sinônimos, e não os são. A distinção que nos leva a entender a leve independência da identidade com a cultura é entendermos o conceito de identidade social. A identidade social é caracterizada pelo conjunto de vinculações que o indivíduo faz em um sistema social, tais como de uma nação, religião, classe sexual, idade etc. Por meio dessa definição nos leva a entender que a identidade leva o indivíduo a se localizar e ser localizado socialmente, segundo Cuche (2002) nos afirma, definindo com isso a identidade de um grupo social. *A identidade repousa então em um sentimento de “fazer parte” de certa forma inata. A identidade é vista como uma condição imanente do indivíduo, definindo-o de maneira estável e definitiva* (CUCHE, 2002, p. 179).

Temos então a identidade como representações que os indivíduos fazem de sua realidade e de seu meio. Ela se faz no interior do eu do homem e em seu contexto social, *produzindo com isso efeitos sociais reais* (Idem, p. 182). A identidade sempre se constrói mediante o diálogo e as trocas sociais. Ela é uma relação dialética. É também uma briga no jogo das lutas sociais. Então como haver uma identidade nacional, estadual ou municipal do corpo docente se não há uma troca entre os próprios docentes.

Além do mais, com a globalização, as identidades modernas entraram em colapso. Segundo HALL (1992), a partir da chamada crise de identidade, estamos perdendo a estabilidade social que tínhamos antes, são tantas informações e referências que acabamos ficando perdidos em relação a que caminho seguir.

O autor, HAAL (1992), também nos chama a atenção para o lado bom da crise, pois somente a partir de uma crise de identidade que passamos a questionar o nosso papel social e vamos nos dando conta de como estamos respondendo as demandas sociais. Notamos assim, que pessoa temos assumido e passamos a refletir sobre nossos fazeres.

Fazeres que muitas vezes estão desligados das teorias que acreditamos e discursamos, mas devido a correria do dia a dia, não temos muito tempo para refletirmos sobre nossos atos.

A identidade de um ser humano é complexa, pois é fruto de uma complexidade social, com isso sendo formada por meio de uma construção social. Essa construção

social é apresentada a nós de forma sempre variável, fragmentada, transitória enfim, modificável ao longo da vida, pois em cada grupo que o indivíduo se vincule, sua identidade irá também se modificar. “A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações. Ela está sem cessar em movimento; cada mudança social leva-a a se reformular de modo diferente” (Ibidem, p. 198).

As trocas são essenciais para formar uma identidade no indivíduo. São por meio delas que transpomos as barreiras das fronteiras que a vida nos apresenta. A identidade é apresentada a nós como algo não definível e em eterna mudança nos diferentes meios sociais que vivemos e nas diferentes multiculturas que nos encontramos enquanto ser social, entretanto é de valor fundamental para a construção do corpo profissional docente, pois sem uma identidade sólida, não haverá uma profissionalização, apenas um profissionalismo, tornando com isso docentes (in)visíveis, sem vez em nossa sociedade.

Capítulo III

O processo de formação da identidade profissional docente

3.1 A formação da profissionalidade do docente

A formação do professor é o momento chave da socialização e da configuração profissional.

António Nóvoa.

Dentre os nossos dois capítulos tentamos recuperar um pouco da trajetória profissional do docente, bem como o processo da formação da identidade do indivíduo. Neste capítulo abordaremos acerca da trajetória profissional do professor juntamente com a formação da sua identidade profissional, pois nós defendemos estar ligadas.

Cumpramos ressaltar ainda, que a profissionalização docente no Brasil aconteceu com decorrência das profundas transformações econômicas e sociais, pertinentes à nova fase da produção capitalista monopolista, que aqui se implantava ao término do século XIX, início do XX. Dando início ao processo de industrialização brasileira, com a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, o novo modelo econômico possibilitou o aparecimento da classe operária em nossa sociedade, bem como o alargamento da classe média, em decorrência da mudança do eixo econômico do setor agrícola latifundiário para o setor agrícola-industrial-exportador (ROMANELLI, 1978, p 78).

Para Nóvoa (2012), a ausência de um projeto coletivo e mobilizador da classe docente dificultaram a sua afirmação enquanto professor na sociedade. Toda a trajetória percorrida para a formação do docente, não se mostrou suficiente para a classe tentar reverter tal status na sociedade. A visibilidade do corpo docente em nossa sociedade se perpassa da mesma forma que nos séculos passados, como alguém que zele pelo seu trabalho e faça aquilo meramente por prazer, como algo divino, esquecendo-se que é uma profissão, digna e merecida como qualquer outra.

A profissionalização é um processo através do qual os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam os seus rendimentos e aumentam o seu poder/autonomia. Ao invés, a proletarização provoca uma degradação do estatuto, dos rendimentos e do poder/autonomia; é útil sublinhar quatro elementos deste último processo: a separação entre a concepção e a execução, a standardização das tarefas, a redução dos custos à aquisição da força de trabalho e a intensificação das exigências em relação à actividade laboral, (GINSBURG, 1990, p.335).

Para a mudança de tal estagnação da identidade do profissional do magistério deve-se mudar a formação dos professores, intensificando estudos acerca da nova

cultura profissional e organizacional, que configure um novo corpo de profissionais na área do magistério.

Sabemos que o professor deve ser agente de seu processo pedagógico, sujeito e autor de suas práticas cotidianas educacionais, mas apenas esse individualismo não nos gera uma coletividade, deixando de iniciar uma identidade docente. Para se criar uma identidade profissional docente e não apenas um profissionalismo¹, como temos ultimamente, é necessário o sujeito coletivo. Sujeito coletivo denominamos como uma construção de identidade mútua, um dependendo do outro para se construírem enquanto tal. A identidade que a profissão docente necessita deve se constituir no coletivo, na dimensão interna do docente que chamamos de ego, assim como na dimensão externa, sendo esta formação da identidade reconhecida e incorporada pelo docente.

A profissionalização não vem como pacotes ou conjunto de competências previamente estabelecidas, mas a partir de um intenso movimento individual e coletivo de viver e dizer o trabalho docente cotidiano, de narrá-lo na densidade de suas contradições. Também não vem de forma individualizada, como autonomia no sentido de tomada de decisões isoladas pelo/a professor/a, mas a vivência coletiva da educação vai dando o tom dos caminhos que serão trilhados por uma determinada comunidade educativa (BRAGANÇA, 2009, p. 91).

Sabemos que não podemos formar uma identidade única para todos educadores, mas se nos reconhecêssemos como categoria e tentássemos juntos resolver nossos problemas através das experiências que se tornam recorrentes para todos, nossas solicitações tomariam corpo e minimizaríamos o dilema da (in)visibilidade. Ao mesmo tempo em que a classe docente é visível na sociedade, por meio da revelação das deficiências da escola, ela também é invisível, pois o docente sabe que seu trabalho é pouco reconhecido, pouco remunerado, não é entendido etc., sendo gerado com isso mecanismos do próprio Estado de formar sujeitos críticos e autônomos, que influenciem nas políticas de Estado.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista á construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional, (NÓVOA, 2012, s/p).

¹ (...) a profissionalização vem como recurso ideológico, visando neutralizar conflitos e estabelecer hierarquias salariais, enfatizando um conhecimento despolitizado e tecnocrático, sendo como fundamento e racionalização (BRAGANÇA, 2009, p. 90).

Para a formação do docente é primordial sinalizarmos o conceito de experiência, pois é por meio dela que podemos analisar nosso cotidiano e nos formar enquanto profissionais da educação. O profissional da educação deve internalizar e analisar em suas práticas sua experiência individual e sua experiência coletiva, pois elas deixam marcas e falam durante nossa trajetória. Esses momentos que passamos/vivemos quando eles nos tocam ou quando nós nos deixamos tocar por eles, eles nos movem, nos deixam marcas e são por meio desses toques profundos, dessas marcas, que abrimos espaço para nosso processo de formação.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamim, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.

(...)

(...) o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. (...). Em qualquer caso, seja como território de passagem, seja como lugar de chegada ou como espaço do acontecer, o sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura, (BONDÍA, 2002, pp.21,24).

O processo de formação do professor segundo Pineau (1985) perpassa por três pilares sinalizados anteriormente, tais como da formação consigo mesmo, que é chamado de autoformação, da formação com o próximo, denominado de heteroformação e da formação com o meio e matéria, que é a ecoformação. Esses três pilares da educação são dependentes um do outro, trazendo-nos a reflexão que para construirmos uma identidade como profissionais da educação, dependeremos de nós, dos outros e das coisas, todos estes interligados e associados de forma mútua, dependentes um dos outros.

Ultimamente, temos ouvido falar muito sobre a importância do professor ser pesquisador de sua própria prática, ser reflexivo, mas ao mesmo tempo nos vem a questão: “em que momento?”. Sabemos da importância de tal ato, entretanto também compreendemos que para o professor ter um salário digno precisa trabalhar em diversas escolas.

Assim, pudemos perceber a complexidade dos fatores que implicam o modo de ser e fazer dos professores. Não podemos julgá-los por suas práticas sem pensar no complexo contexto social em que estão inseridos.

Tantos são os espelhos para a definição de um bom professor que não nos damos conta de olharmos com nitidez, qual é o melhor e qual dará conta de compreender as especificidades dos educadores para essa sociedade da informação e da tecnologia.

Libâneo (1998), que tem refletido sobre o papel dos professores na pós-modernidade. Aponta que este profissional ainda é importante para a constituição de uma sociedade mais reflexiva. Tendo em vista, que a escola, hoje, tem como tarefa principal levar os educandos a pensarem sobre os diferentes assuntos e informações que nos tem sido jogadas pela mídia em todos os instantes. Para ele,

(...) Não só o professor tem o seu lugar, como sua presença torna-se indispensável para a criação das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, das multimídias e formas variadas de intervenção educativa urbana a valor da aprendizagem escolar está justamente na sua capacidade de introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de mediações cognitivas e interacionais providas pelo professor. Essa escola, concebida como espaço de síntese, estaria buscando atingir aqueles objetivos mencionados anteriormente para uma educação básica de qualidade: formação geral e preparação para o uso da tecnologia, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, formação para o exercício da cidadania crítica, formação ética (1998, p.11)

As mudanças tecnológicas e as influências midiáticas tem apontado um novo caminho para os fazeres pedagógicos. Entretanto, essas novidades ainda não chegaram a todos os cursos de formação de professores. Temos um grande caminho de lutas ainda a percorrer em nossa profissão, como por exemplo: uma formação de qualidade, uma boa e garantida formação continuada, que nos coloque a par das demandas sociais, e, a melhoria dos salários de nossos educadores, principalmente para a Região Norte e Nordeste de nosso país.

A classe docente deve lutar em busca de construir seu prestígio atual, não de forma nostálgica e/ou saudosista. Sabemos que a construção do nosso papel enquanto professores dependem da análise do passado, reflexão do presente e projeção do futuro, tendo em vista que temos que aprender a ser autônomos no nosso fazer e pensar, mas nunca deixando de lado nossos princípios éticos e morais que nos constitui, e foram internalizados por nós a partir de nossas relações com o meio social. Entretanto, não são fixos, são instáveis e se reconstroem a partir de nossas reflexões sobre os valores morais

do nosso tempo. Também é importante pensarmos na apropriação dos saberes de forma crítica e dinâmica pensando no nosso lugar ou a busca por melhor espaço na sociedade em que vivemos.

Considerações Finais

Ao investir esforços uma tentativa de recuperar a trajetória da profissão docente, bem como a construção de sua identidade, procuramos entender por meio da análise das principais lutas e conquistas como se iniciou a profissão do professor e seu processo identificatório. Questionamos outras possibilidades de leitura em face das promulgações das leis que foram analisadas e investigadas por meio do decorrer das décadas, visando os acontecimentos na área educacional, tanto seus avanços, quanto seus retrocessos.

De um modo geral, a evolução da profissão docente teve seu início no período da Regência e do Império, sendo esses momentos políticos cruciais para o processo da identidade do docente. Com a entrada da República, é que a preparação do docente, especialmente as Escolas Normais, começa a ter suas visibilidades, transformando-se. Pois neste período, após década de 1920, as escolas primárias passam a crescer, sendo dever de o Estado oferecê-las, trazendo com isso uma necessidade de formar mão de obra qualificada para atender tal exigência. Os professores começam a receber seu próprio salário e a participarem dos concursos públicos, a fim de obterem sua própria profissão, oficializada e respaldada pelo Estado.

Ainda no período da República, nos deparamos com a mudança nas mentalidades e ideias sociais, pois a sociedade passa a entender e a exigir uma educação gratuita, laica e de qualidade, pois acreditam que é através dela que podem obter ascensão social e a melhoria na qualidade de vida, sendo um trabalhador de fato. Com a era Vargas, essa busca pela profissão se aflora, estimulando a população a procurarem as escolas para se profissionalizarem.

Nos anos de 1940, Vargas cria dentro do Ministério do Trabalho a exigência da assinatura da carteira profissional, assim como o registro da profissão, o que fez traçar um novo perfil para a classe trabalhadora de nosso país, bem como para a atividade do magistério. Após esse período grandes lutas foram marcadas para uma boa visibilidade da profissão do magistério, que se constituem até os dias atuais.

Vindo do passado até o presente, percebemos os altos e baixos da formação do professor. A afirmação profissional dos professores é um percurso repleto de lutas e conflitos, de hesitações e recuos (NÓVOA, 1995, p.2). Podemos perceber por meio deste trabalho que muitos problemas vividos hoje, principalmente na questão da

identidade do docente, têm sua raiz em algum lugar na história traçada pela profissionalização do docente.

Apesar de todas as lutas e conquistas registradas desde o período da colonização, até os dias atuais, os esforços ainda se fazem bastante pequeno no sentido do investimento real na qualidade na formação do professor.

No que concerne às questões que problematizamos nesta pesquisa, esperamos ter possibilitado no decorrer desta análise o interesse acerca do tema. Não tivemos nenhum interesse em responder com a verdade as questões levantadas, no entanto, esperamos ter despertado a curiosidade pelo assunto tratado nesta pesquisa que foi o processo de profissionalização e identidade do docente traçado numa linha historiográfica e analítica.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, 7ª edição.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Disponível em: www.anped.org.br/.../RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf. Acessado em 28/05/11.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **O/a professor/a e os espelhos da pesquisa educacional**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.90, n. 224, jan/abr. 2009.

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. DOU de 23 de dezembro de 1996.

CARDOSO, T.F.L. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C.(orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol.I: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARVALHO, Sâmelá Cristinne F. de. Monografia de Graduação - **Reflexões acerca da Família e da Escola na Reforma Educacional de Fernando de Azevedo no Distrito Federal em 1927 a 1930**. São Gonçalo, RJ, 2010

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. **Uma retrospectiva de formação de professores**: História e questionamentos. Disponível em: www.fae.ufmg.br/estrado/cd_vIseminario/trabalhos. Apresentado no VI Seminário da Redestrado- Uerj, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIAMPA, Antonio da Costa. **Políticas de identidade e identidades políticas**. In: DUNKER, C.I.L.; PASSOS, M.C. Uma psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.

CUCHE, Denez. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

FLORES, L.F.B.N. O altar e a coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados. In: MAGALDI, A. M.; ALVES, C.; GONDRA, J. G. **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GINSBURG, Mark. O processo de trabalho e a ação política dos educadores: Uma análise comparada. **Revista de Educação**, nº extraordinário "Os usos da comparação em Ciências Sociais e em Educação", 1930, pp.315-345.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acessado em: 27 de setembro de 2012.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINEAU, Gaston. **A autoformação no decurso da vida**: entre a hetero e a ecoformação. In Education Permanete n78-79, p.25-39, 1985.

RIBEIRO, Mª Luisa S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 14ªed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

VICENTNI, Paula Perin; Lugli, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputas. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere208/anais. Acessado em 30 de janeiro de 2012.